

Capítulo I

“Porque, nunca é demais insistir, em Arqueologia demonstra-se e prova-se, mas arqueologicamente. E essas provas, bem elaboradas, não-de valer a despeito das contrárias opiniões de qualquer diferente autoridade, antiga ou moderna, seja qual for a sua proveniência”.

GUSMÃO, 1956, p. 44

Introdução

1.1. Objectivos

Os meus primeiros passos na investigação histórica, através da História da Arte e da Arqueologia, iniciaram-se quando era ainda aluna da Faculdade de Letras de Lisboa, onde conclui, em 1977, o Curso de História, na Variante em História da Arte. Os caminhos então trilhados respeitaram sobretudo à Pré e Proto-História.

Silves e a Arqueologia Medieval haveriam de surgir naquele percurso quando, casualmente, identificámos naquela cidade, na companhia de Mário Varela Gomes e do saudoso Caetano de Mello Beirão, o já bem conhecido Poço-Cisterna almoada e nele exumámos cerâmicas medievais. Como entre nós, apenas, José Luís de Matos tinha, na altura, dedicado algum trabalho àquela Idade, solicitámos a sua colaboração. Verificámos então que aquele dispunha de conhecimentos seguros no que respeitava aos aspectos culturais em geral, mas que não encontravam contraponto no concernente à cronologia e origem dos tipos cerâmicos que tínhamos recuperado durante a intervenção arqueológica.

Tal situação, dizia-nos José Luís de Matos, devia-se ao grande atraso dos estudos ceramológicos. Constatámos, por isso, que até aquela data, conhecia-se muito menos das produções medievais e, em particular, das muçulmanas, importadas ou autóctones da Península, que das cerâmicas pré ou proto-históricas. E assim, tal perspectiva tão pobre tornou-se, quase de imediato, em aliciante desafio (Gomes e Gomes, 1995, p. 41, 42).

Influenciou-nos, ainda, para desenvolver o nosso interesse no sentido de estabelecermos um projecto de investigação sobre Silves Medieval, a solicitação do então Presidente da Câmara, o malogrado José Viseu, para procedermos a investigações de carácter histórico e arqueológico na cidade. Esta, segundo ele, apesar de celebrada desde a Idade Média por escritores, poetas e historiadores, não mostrava correspondência, em termos materiais, desse esplendor pelo que achava que podíamos contribuir para o conhecimento daquele passado, que muitos dos seus conterrâneos punham até em causa (Fig. 1).

Recordemos, por exemplo, que as muralhas da alcáçova de Silves eram consideradas como totalmente construídas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nos anos quarenta, aquando das Comemorações Centenárias da Fundação da Nacionalidade. As muralhas da medina, com as suas torres albarrãs, que, inegavelmente, constituem importante património legado pela presença islâmica no *al-Andalus*, eram não só pouco conhecidas, não lhes sendo concedida qualquer importância histórica e monumental, mas tidas por alguns como sendo contemporâneas, relacionadas com as lutas liberais e, nomeadamente, com as campanhas do Remexido, natural do concelho de Silves (S. Bartolomeu de Messines). Este panorama é, aliás, confirmado com a destruição que se processava de uma torre albarrã, hoje totalmente recuperada, situada junto ao Museu Municipal de Arqueologia, quando procedemos à identificação do poço-cisterna.

Para além da inquietação intelectual comum a todos que se dedicam a uma ciência, foram os contributos referidos que nos conduziram à efectivação do projecto de investigação intitulado “Evolução Humana no Concelho de Silves, da Pré-História à Idade Moderna”, que apresentámos ao IPPC, em 1980, merecendo a sua aprovação.

Aquele era um projecto ambicioso, dado abranger longa diacronia, desde as primeiras ocupações humanas até à Idade Contemporânea. Contava, no entanto, para a prossecução do seu programa de trabalhos, com a colaboração de outros investigadores, não só no campo da Arqueologia, como de outras ciências, como a Antropologia, Arqueozoologia, Arqueobotânica, Geologia, etc.

A par da vertente científica, com a publicação dos resultados obtidos, procurámos, também, oferecer a componente de divulgação e animação cultural, em paralelo com a valorização social, através de conferências e de exposições, criando-se, desde o início, uma mostra permanente de Arqueologia na Biblioteca Municipal, trabalho que deu origem à consolidação e restauro de diversos materiais e monumentos, à formação de pessoal técnico local, à criação do Museu Municipal de Arqueologia de Silves e ao seu órgão científico — a revista *Xelb* — de que se publicaram três volumes (Gomes, Gomes e Beirão, 1986, p. 77-83; Gomes e Gomes, 1984, p. 35-44; Gomes, 1986), entre muitas outras acções.

Com a continuação dos trabalhos fomos-nos circunscrevendo, cada vez mais, ao estudo da Silves Medieval, através de prospecções na área de influência da cidade e, sobretudo, na área urbana, mas tendo como centro a alcáçova. Contudo, o estudo da Pré e Proto-História da região não foi descurado, tendo esta área sido tratada, em diferentes

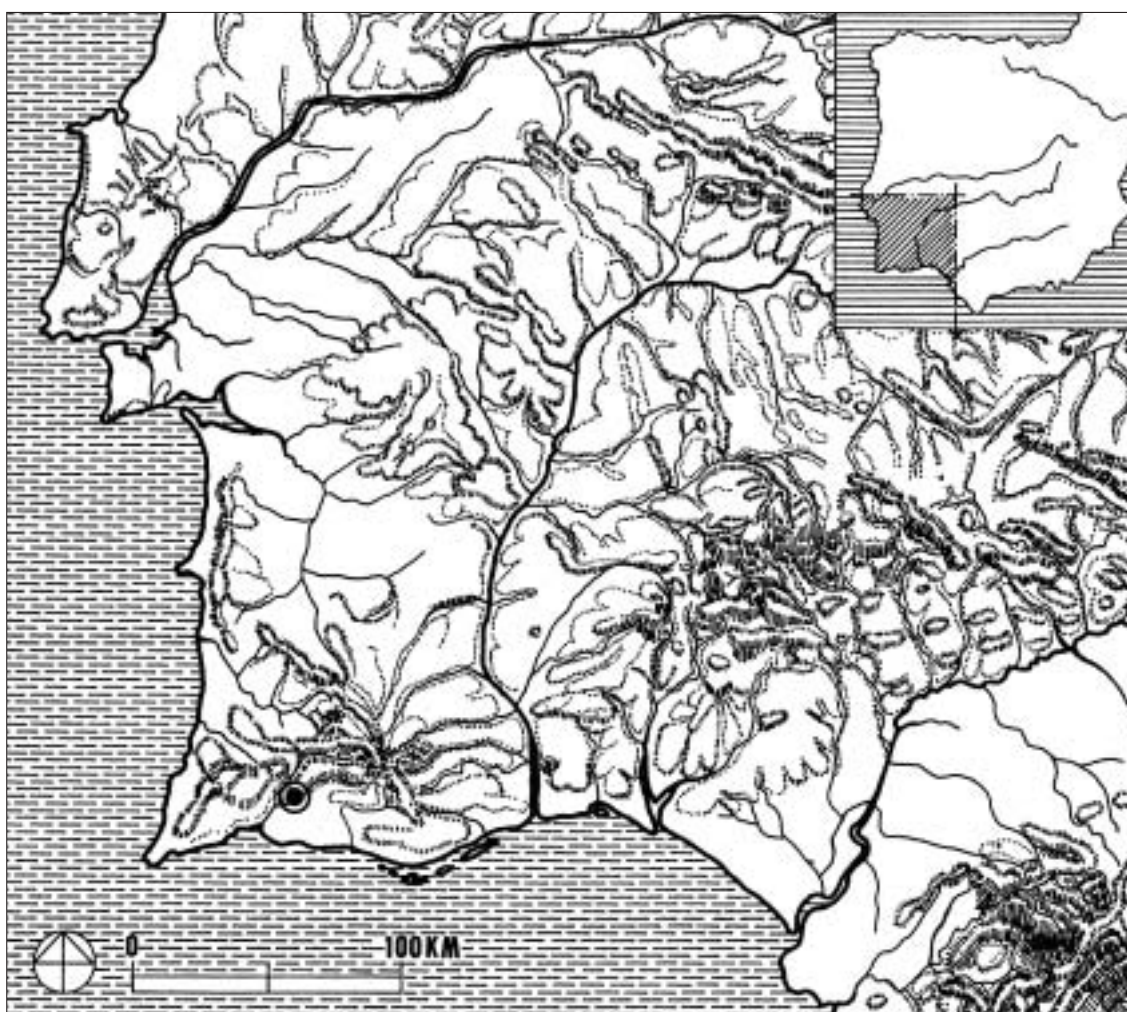


FIG. 1 – Mapa do Sul de Portugal, com a localização da Cidade de Silves.

estudos, por Mário Varela Gomes, contando por vezes com a colaboração de Caetano Beirão e Carlos Penalva, ou chegando a abordar temas etnológicos com Rui Maneira Cunha, designadamente aquando do salvamento documental do património submerso pelo regolho da barragem do Funcho-Alto Arade.

O prosseguimento das investigações no Castelo de Silves respeita o desenvolvimento de projecto estritamente científico, sendo local, por excelência, capaz de nos proporcionar melhores informações, dado encontrar-se bem delimitado e estrategicamente situado, tornando-se, por isso, testemunho único para o estudo das suas sucessivas ocupações. De facto, trata-se de espaço circunscrito por muralhas, sem edificações modernas no seu interior, mas onde viveram as élites medievais em sucessivos momentos do processo histórico. Presentemente, a área de escavações arqueológicas no Castelo constitui a sua principal atracção turística.

As restantes intervenções arqueológicas que efectuámos em Silves tiveram que compatibilizar-se com interesses particulares ou camarários específicos, revestindo em alguns casos a configuração de escavações de salvamento ou de emergência, conforme especificaremos aquando do estudo proporcionado por cada uma delas. Nestes casos foi, de igual modo, seguida metodologia rigorosa, apesar das muitas pressões exercidas pelos promotores das obras dos sítios que investigámos, oferecendo-nos imensa quantidade de informação, relacionada sobretudo com o quotidiano urbano e constituindo excelente contraponto para os testemunhos obtidos na alcáçova. E ela não se esgota no trabalho agora apresentado, dado que ainda se encontram em curso estudos referentes aos restos de fauna ou flora exumados, análises petrográficas das pastas das cerâmicas, datações de radiocarbono, etc. Também não tratámos os espólios anteriores ao século VIII, nem os ulteriores à primeira metade do século XIII. As escavações continuam, anualmente, proporcionando novas informações.

1.2. O Barlavento algarvio e a arqueologia medieval

O desenvolvimento do nosso trabalho em Silves precedeu o início, nos anos oitenta, de escavações arqueológicas sistemáticas e seguindo metodologias modernas, em particular no Sul de Portugal, integradas em projectos de investigação bem definidos em relação ao Período Muçulmano. Entre aqueles e a par do que decorreu em Silves, reconhecido como pioneiro, salienta-se o de Mértola, tendo ambos oferecido resultados inovadores, quer no campo científico, quer no didáctico e museológico, embora cada um deles tenha tido não só objectivos como evolução com dinâmica própria.

Um terceiro projecto de investigação, sob responsabilidade da Doutora Helena Catarino, da Universidade de Coimbra, abordou o estudo de algumas fortificações do Algarve Oriental (Castelo de Alcoutim e Relíquias) e do Barlavento (Paderne e Salir), dando lugar a dissertação de doutoramento.

Nos últimos anos têm vindo a ser investigados a sul do Tejo importantes níveis medievais em centros urbanos, como Almada, Palmela, Setúbal, Alcácer do Sal, Évora, Monsaraz, Mourão, Beja, Montemor-o-Novo, Aljustrel, Moura, Serpa, Faro, Loulé ou Lagos e, por certo, em outros locais, onde se promoveram intervenções arqueológicas. A divulgação da informação proporcionada por aqueles trabalhos tem sido feita de modo muito desigual, através de pequenos artigos ou de exposições (temporárias ou permanentes) dos materiais recuperados, embora a grande maioria dos resultados obtidos se encontre inédita. Têm sido, importantes as intervenções em núcleos rurais, quer para estudar a distribuição do povoamento.

mento (Algarve Oriental), determinadas fortificações (Mesas do Castelinho e Juromenha) ou assentamentos agrícolas (Vale do Boto e Alcária Longa) (Gomes, 1995, p. 293-296)¹.

A Arqueologia Medieval vem, assim, adquirindo, aos poucos, estatuto próprio com a organização de colóquios, a publicação de revistas da especialidade e integrando os *curricula* de cursos universitários, tanto ao nível das licenciaturas como dos mestrados, mas, igualmente, com a realização de teses de mestrado e de doutoramento, assentando em trabalhos arqueológicos (Catarino, 1997-98; Gomes, 1988; Macias, 1996).

Apesar do início dos anos oitenta coincidir com a desmontagem da exposição permanente do Museu Nacional de Arqueologia, tendo todo o espólio medieval, e não só, sido arquivado, os finais da década seguinte ficaram assinalados com a inauguração de importante exposição intitulada “*Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo*”, acompanhada pela publicação do catálogo respectivo, profusamente ilustrado e onde colaboraram arqueólogos que presentemente investigam tal temática.

Como é natural, dada a mais prolongada presença islâmica no Algarve, esta região e, em especial, o seu Barlavento, integram os primórdios da investigação arqueológica medieval no nosso país, remontando os trabalhos ali efectuados aos tempos pioneiros da nossa Arqueologia. Estácio da Veiga, A. dos Santos Rocha, J. Leite de Vasconcellos e Abel Viana, entre outros, ali identificaram e recolheram objectos arqueológicos medievais ou realizaram escavações em sítios com testemunhos da presença muçulmana. De facto, tais investigadores foram responsáveis pelo estudo e divulgação de espólios provenientes de Silves, Lagos, Bensafrim, Aljezur ou Faro, em colecções de museus municipais, distritais e do hoje Museu Nacional de Arqueologia.

Estácio da Veiga identificou e escavou diversos silos medievais no concelho de Aljezur e em Bensafrim, tendo procedido aos levantamentos de três cisternas no Castelo de Silves, dois dos quais chegaram até nós, tendo ainda ali recolhido diverso espólio (Figs. 2, 3). Em Bensafrim A. dos Santos Rocha explorou silos, de onde retirou cerâmicas muçulmanas

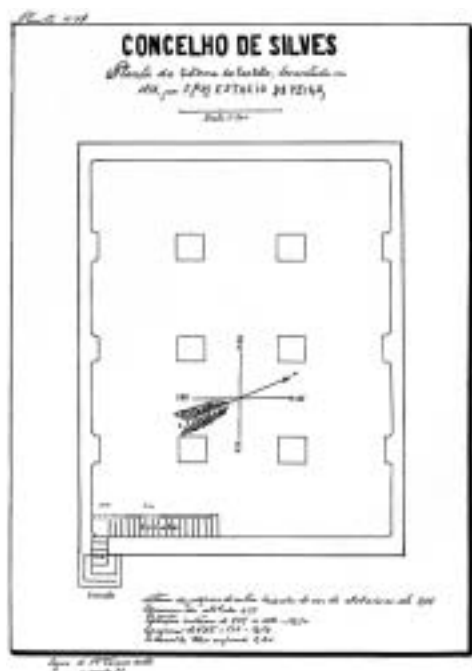


FIG. 2 – Planta do aljibe do Castelo de Silves (seg. Estácio da Veiga, 1878).



FIG. 3 – Levantamento de cisterna do Castelo de Silves (seg. Estácio da Veiga, 1878).

(Santos, 1972, Figs. 218, 219; Rocha, 1909, p. 20-21, est. III; Vasconcellos, 1902, p. 119-123, 1918, p. 133-135, Fig. 15; Veiga, 1887, p. 419-428; 1889, p. 43; Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, est. IV).

J. Leite de Vasconcellos parece não ter procedido a escavações no Algarve, limitando-se a obter, por oferta ou compra, peças detidas por particulares, alguns dos quais conhecidos colecionadores, com que enriqueceu o Museu Etnológico.

Todavia, o núcleo de artefactos islâmicos daquela Instituição não é muito rico, sobretudo se comparado com as colecções pré e proto-históricas ou do Período Romano, reflectindo o pouco interesse por tal área da investigação (Fig. 4).

Somente nos finais dos anos sessenta do presente século é que se iniciaram escavações no Cerro da Vila, em Vilamoura (Loulé), importante estabelecimento agrícola muçulmano que sucedeu a assentamento romano e tardo-romano. Ofereceu, além de materiais corres-



FIG. 4 – Objectos islâmicos obtidos por J. L. de Vasconcellos em Silves, para o Museu Etnológico Português; A-Lucerna, com o disco e o fundo decorados a molde (seg. Vasconcellos, 1902, 122); B-Lucerna (seg. Vasconcellos, 1927, 1246); C- Fragmento de talha decorado por estampilhagem (seg. Vasconcellos, 1927, p. 256).

pondentes ao início da permanência medieval no local, alterações arquitectónicas que denunciam diferentes preocupações de carácter económico e cultural (Matos, 1983, p. 375-389; 1991, p. 429-456).

Têm-se realizado no Barlavento campanhas sistemáticas de escavações arqueológicas, além das efectuadas em Silves, no Castelo de Salir. Estas proporcionaram, embora circunscritas a área reduzida, interessantes informações sobre a organização do espaço habitacional no interior daquela fortificação e, em particular, em relação ao espólio recuperado (Catarino, 1992a, p. 9-32, 1992b, 1995, 1997-98, p. 470-543).

A intervenção arqueológica no Castelo de Paderne não alcançou resultados de vulto visto que os níveis muçulmanos não chegaram a ser explorados (Catarino, 1990, p. 128, 1994, p. 76, 77, 86). Em outros locais, como Loulé, os trabalhos arqueológicos corresponderam a situações pontuais, sob a forma de “operações de salvamento”, no centro histórico do núcleo urbano. Também projectos de recuperação de monumentos, como acontece no Castelo de Aljezur, levaram à investigação de níveis com ocupação islâmica. Por outro lado, prospecções arqueológicas, tendo em vista a elaboração de cartas patrimoniais, têm conduzido à identificação de numerosos arqueossítios islâmicos.

Podemos concluir que são ainda escassos os dados arqueológicos disponíveis para o cerca de meio milénio de presença muçulmana no Barlavento Algarvio. Este corresponde à antiga área de influência da Silves muçulmana, havendo necessidade de se desenvolverem escavações sistemáticas, tanto em assentamento rurais, como urbanos ou em fortificações, e de se publicarem arqueograficamente materiais e resultados de muitos trabalhos arqueológicos ainda inéditos. Apesar de terminarmos o presente século com diversos sítios investigados continua-se a publicar, de modo científico, muitíssimo pouco.

1.3. Metodologia

1.3.1. Trabalhos arqueológicos

Somente escavações com elevado grau de minúcia, servidas por registo cuidado, permitem a análise fina dos testemunhos arqueológicos, e a criação de corpo de dados que possibilitam reconstituir parte do modo de vida das comunidades que nos legaram tais documentos.

A nossa responsabilidade torna-se maior quando as intervenções arqueológicas se realizam em áreas urbanas, normalmente com intensa ocupação dos solos ao longo de séculos, onde os “entulhos” e “lixos”, por vicissitudes várias, se foram acumulando, quase sempre oferecendo larga expressão diacrónica e constituindo, por isso, importante, mas complexo, manancial de informação.

Recordemos o significativo contributo histórico de tal informação pelas palavras de Artur Gusmão: “O atraso com que os historiadores descobriram a arqueologia medieval e a sua inicial relutância em perfilhá-la devem-se precisamente à nítida deslocação que esse perfilhamento implicava, quer no próprio conceito de História, a rever, quer nos processos tradicionais de trabalho, quer na catalogação hierárquica das chamadas fontes”. (Gusmão, 1956, p. 27)

Nas intervenções arqueológicas que estruturam o presente trabalho, tentámos, sempre que possível, conjugar os dados obtidos no terreno com os hauridos nos textos disponíveis, tanto em relação à alcáçova como à área urbana de Silves, embora tendo presente as diferenças entre o tempo cronológico, ou dos acontecimentos, e o tempo arqueológico, ou seja o da formação dos testemunhos que investigámos.

Aquela metodologia permitiu melhor reconstituir o quotidiano das populações, atendendo a que os vestígios arqueológicos sofreram, normalmente, importantes alterações pós-deposicionais. Todavia, sabemos que tudo quanto chegou até nós, embora muitas das vezes possamos dispor de milhares de peças arqueológicas para um só local, não reflecte senão uma pequena fracção das complexas actividades humanas ali processadas sendo, portanto, muito limitados os universos de estudo em relação às realidades pretéritas de que aqueles espólios são os derradeiros testemunhos.

Pusemos à vista pavimentos, alicerces ou sectores de paredes, com pouca altura, pertencentes a espaços habitacionais de pequenas dimensões ou de palácios, restos de equipamentos privados ou colectivos. Recuperámos chaves e detectámos orifícios onde giravam gonzos de portas que desapareceram, exumámos elementos decorativos de móveis e de pequenos objectos para sempre perdidos, ou fragmentos de armas de conflitos que, nos séculos XII e XIII, alteraram, em termos político-administrativos e culturais, a vida da cidade de Silves e de todo o seu território.

Também recolhemos ecofactos, designadamente restos de alimentos, de origem vegetal e animal, importantes para o conhecimento da economia das sociedades que os utilizaram, como de aspectos climáticos, entre outros. Porém, o espólio mais numeroso é, sem dúvida, constituído pelas cerâmicas, presentes, em abundância, nos quotidianos humanos desde os tempos neolíticos e ainda hoje insubstituíveis no dia-a-dia de todos nós. A verdadeiramente extraordinária quantidade de tais testemunhos, a diversidade de qualidades de fabrico e de decorações, a sua evolução, assim como as funções que evidenciam, fazem com que eles sejam excelentes indicadores para muitos comportamentos humanos, encontrando-se ligados às actividades económicas mais simples e diárias, às complexas redes de comércio local ou à distância, aos aspectos de caracterização social, à evolução tecnológica e à interacção cultural, como a aspectos de ordem religiosa e até lúdica.

A título exemplificativo, importa assinalar que no Castelo de Silves registámos mais de setenta e dois mil e quinhentos fragmentos de cerâmicas, das quais foi possível identificar trinta formas. Para o sítio da Arrochela estudámos dezasseis mil e quinhentos fragmentos, enquanto a Zona a Sul da Sé proporcionou oito mil e oitocentos fragmentos, tendo-se contado na Torre Albarrã cerca de dois mil e quatrocentos fragmentos, confirmando-se a importância quantitativa e qualitativa destes testemunhos. Eles somam quase cem mil exemplares, desconhecendo-se, por ora, outro trabalho que envolva tão elevada informação.

Os arqueossítios agora apresentados foram investigados segundo o método de escavação preconizado por Mortimer Wheeler e, ulteriormente, divulgado por diferentes arqueólogos, entre os quais, mais recentemente, Colin Renfrew e Paul Bahn. Aquele assenta no registo tridimensional, das estruturas e dos materiais exumados, metodologia que adaptámos a todas as intervenções realizadas, tendo em vista a optimização dos resultados. Importa recordar que a divulgação daquele método em Portugal, se deve a Eduardo da Cunha Serrão (com quem ainda trabalhámos em 1975, no Algarve), tendo-o utilizado, pela primeira vez, precisamente em níveis medievais, mais precisamente na intervenção arqueológica que realizou, em 1955, no Castelo de Sesimbra (Renfrew e Bahn, 1991, p. 74-79; Wheeler, 1954, p. 80-84; Serrão e Vicente, 1959, p. 324-327).

Em todos os locais que investigámos tentámos proceder segundo as recomendações já usuais, tendo sempre como referência quadrículas, orientadas em função dos pontos cardiais ou adaptadas a cada uma das situações intervencionadas, conforme se indica nos textos que constituem capítulos do presente estudo.

A escavação fina iniciou-se sempre a partir do topo das camadas, não se desprezando mesmo os testemunhos sub-actuais, muito embora esses materiais não sejam tratados

neste trabalho que, conforme o título do mesmo indica, abrange, apenas, o Período Islâmico. Tal informação será publicada em estudos, monográficos e multidisciplinares, que preparamos para cada um daqueles arqueossítios.

Nas intervenções realizadas na área urbana optámos pela escavação integral, em extensão e profundidade, das zonas disponíveis, anulando-se, no final, os testemunhos deixados para controlo estratigráfico (Arrochela, Salão Paroquial e Residência Paroquial), visto tratar-se de sítios para onde estavam previstas construções, dependentes do estudo arqueológico. Assim, alcançámos a compreensão global de todos os vestígios existentes, tendo como objectivo melhor diagnosticar as situações.

Na escavação arqueológica que temos vindo a efectuar na alcáçova, a única realizada em continuidade ao longo de mais de dez anos, observámos, por um lado, que trabalhos de ajardinamento no local e remeximentos perpetrados em época sub-actual, tinham substancialmente alterado as camadas iniciais, e que, por outro lado, os testemunhos para controlo estratigráfico, que inicialmente preservámos, dificultavam a compreensão daquele espaço, sobretudo no que concerne à articulação funcional dos diferentes compartimentos reconhecidos. Como só a exploração em área permite melhor compreensão, em particular das relações entre os espaços detectados, havendo interesse em musealizar as estruturas exumadas e perante as condicionantes acima referidas, resolvemos, depois de procedermos ao registo, gráfico e fotográfico das sucessões estratigráficas existentes, retirar as bancadas de controlo.

Também não deixámos de realizar o registo tridimensional dos artefactos encontrados *in situ*, assim como a representação gráfica dos que considerámos mais significativos para cada camada, a par do desenho de plantas, alçados e cortes das estruturas ou de sequências estratigráficas, integrando ou não aqueles testemunhos (Gomes, 1988, p. 51-69; Maccari-Poisson, 1980, p. 167-174).

Todas as terras foram crivadas, através de crivo manual ou mecânico, com malha não superior a 5 mm, tendo-se recolhido a totalidade dos fragmentos de cerâmica e de outros materiais arqueológicos, assim como de ossos e conchas.

Foram também feitas, frequentemente, recolhas de amostras de terras, carvões e de outros elementos achados necessários para, em colaboração com diferentes especialistas, pudermos melhor conceptualizar a vida e os gestos das populações que ali viveram.

Registámos a constituição, textura e cores correspondentes a cada camada arqueológica identificada, sendo as cores referenciadas a partir das *Munsell Soil Color Charts* e, por isso, devem entender-se como aproximadas. Aquele catálogo cromático serviu ainda na caracterização das cerâmicas.

Procedemos ao inventário e estudo sistemático dos espólios exumados, após lavagem, colagem e marcação, constituindo a cerâmica, conforme antes assinalámos, o acervo mais numeroso.

Não estudámos os ecofactos (faunas e flores), assim como não procedemos às análises físicas e químicas de diferentes materiais encontrados, dado não termos preparação para tal, pelo que aqueles têm vindo a ser entregues a especialistas, conhecendo-se já alguns resultados (cf. Cap. I.4).

Podemos concluir deixando expresso que o nosso trabalho restringiu-se ao estudo arqueológico dos testemunhos daquilo que normalmente se entende por cultura material, ou seja das estruturas e dos artefactos que as acompanhavam, não deixando de os interpretar em termos históricos, tanto segundo as vertentes económica, social e técnica, como sob a perspectiva ideológica e cognitiva.

1.3.2. As fontes – textos e iconografia

Durante a realização do presente estudo obtivemos significativas informações, com graus de fidelidade ou de importância díspares, e origem diversificada, tanto em textos medievais como de Época Moderna. Tais informações foram devidamente citadas, quando julgadas pertinentes, não se tendo incluído na bibliografia apresentada, no final do presente trabalho, textos que, embora tivessem sido consultados, não citámos.

Os textos mais antigos que referem a cidade de Silves devem-se a autores muçulmanos, tendo sido escritos entre o século X e o século XIV. Eles fornecem-nos interessantes indicações de carácter geográfico, mais ou menos desenvolvidas, aspectos da sua riqueza e importância no contexto do *al-Andalus*, tal como referências de natureza etnológica, administrativa, económica e cultural (Blázquez, 1901, p. 16, 17; Domingues, 1956, p. 8, 11-13; Lévi-Provençal, 1938, p. 130-132, 1953, p. 91; Lopes, 1895, p. 276; Huici de Miranda, 1953, p. 20, 150, 151, 153, 168; Molina López, 1997, p. 269, 272; Maíllo Salgado, 1991, p. 32-35).

Boa parte de tais autores devem ter-se baseado em informações de Edrisi, que descreveu a cidade nos inícios do século XII, e, em particular, os mais tardios, pois repetem-nas embora nos transmitam, em certos casos, especificações interessantes, nomeadamente de carácter económico.

Tais dados podem ser completados com os conhecimentos transmitidos, sobre a cidade e o seu território, na descrição do cruzado que participou, em 1189, na conquista daquela. Embora o seu relato evidencie certo deslumbramento, constitui o mais desenvolvido documento, sobre a Silves islâmica, ali se referindo os seus dispositivos defensivos, muralhas e torres albarrãs, mas, ainda, técnicas construtivas empregues, civis e militares, alguma toponímia, etc. Também os dois forais concedidos, respectivamente, por D. Afonso III e D. Manuel I, guardam significativas considerações de carácter geográfico, administrativo e, em especial, económico. Outras informações podem extrair-se dos documentos relativos à participação de Silves nas Cortes e nos acervos dos Livros das Chancelarias (Andrade e Silva, 1993; Iria, 1982; Lopes, 1844).

Textos ulteriores registaram preciosos elementos sobre a cidade, alguns comprovados arqueologicamente, e muitos deles, embora de época mais recente, transmitiram-nos conhecimentos de carácter económico mas, de igual modo, sobre os equipamentos existentes, o estado de conservação das edificações, alterações urbanas efectuadas que, em conjunto, permitiram-nos uma melhor compreensão e, possível, reconstituição da Silves muçulmana (Domingues, Leal e Moreno, 1984; Guerreiro e Magalhães, 1983; Lopes, 1841; Magalhães, 1970; Salgado, 1786). Entre eles devemos mencionar o “*Livro do Almojarifado de Silves*”, considerado como tendo sido elaborado em 1474, obra que frequentemente citamos em relação a muitos dos aspectos acima mencionados, dado conservar significativas informações sobre o período que nos propusemos estudar.

Facilmente se verifica que a documentação escrita referente a Silves medieval, tanto islâmica como portuguesa, é muito escassa, não se podendo através dela ter compreensão abrangente e contínua da sua evolução urbana, como da vida das diferentes classes sociais que, ao longo dos séculos, elegeram aquele espaço como centro das suas principais actividades, assim melhor se explicando a pertinência do recurso aos documentos arqueológicos.

Importantes aspectos de carácter cronológico da história de Silves são, ainda, imprecisos. De facto, e a título de exemplo, se não parece existirem dúvidas sobre a primeira conquista cristã, realizada a 3 de Setembro de 1189, ou em relação à reconquista muçulmana



FIG. 5 – Gravura inglesa com vista de Silves, datada de 1825.

que a sucedeu cerca de dois anos depois, em 21 de Junho de 1191 (Miranda, 1953, p. 20), o mesmo não acontece no respeitante à conquista definitiva da cidade, em meados do século XIII. Alguns investigadores indicam a data de 1242, a mais recuada, correspondendo ainda ao reinado de D. Sancho II, enquanto outros optaram por 1249, ano que parece obter maior consenso, integrando a conquista de Silves na do Algarve, durante o reinado de D. Afonso III (Botão, 1992, p. 20; Domingues, 1956, p. 36; Herculano, 1847b, vol. IV, p. 376; 1847c, vol. V, p. 192; Lopes, 1841, p. 140-150; Machado, 1997, p. 213, 216; Marques, 1973, p. 112; Mattoso, 1993, p. 124, 134; Peres, 1929, p. 254; Romero-Camacho, 1987, p. 133; Salgado, 1786, p. 295-298). Trata-se de opiniões divergentes, esteadas na informação escrita e na interpretação de factos políticos, para as quais os testemunhos arqueológicos poderão, eventualmente, oferecer contributos esclarecedores.

A iconografia disponível no que diz respeito à cidade de Silves não é diversificada nem recuada, embora permita extrair algumas informações relativas a alterações da sua estrutura urbana, de determinados edifícios e, também, sobre o estado de conservação dos dispositivos defensivos que a protegiam.

As imagens mais antigas são três gravuras publicadas, apenas, entre 1825 e 1844 (Lopes, 1844; S/A, 1842, p. 209).

A primeira é uma litografia, possivelmente do autor inglês J. Hill, que igualmente representou vista de Albufeira. Ali se observa Silves a partir do lado sul, destacando-se as muralhas da medina e da alcáçova, assim como outros edifícios, nomeadamente a Sé (Fig. 5).

Em 1892 a revista “*O Panorama*” publicou vista da mesma cidade, algo idealizada, voltando a conferir maior relevo às muralhas e à Sé. Este documento apresenta construção que

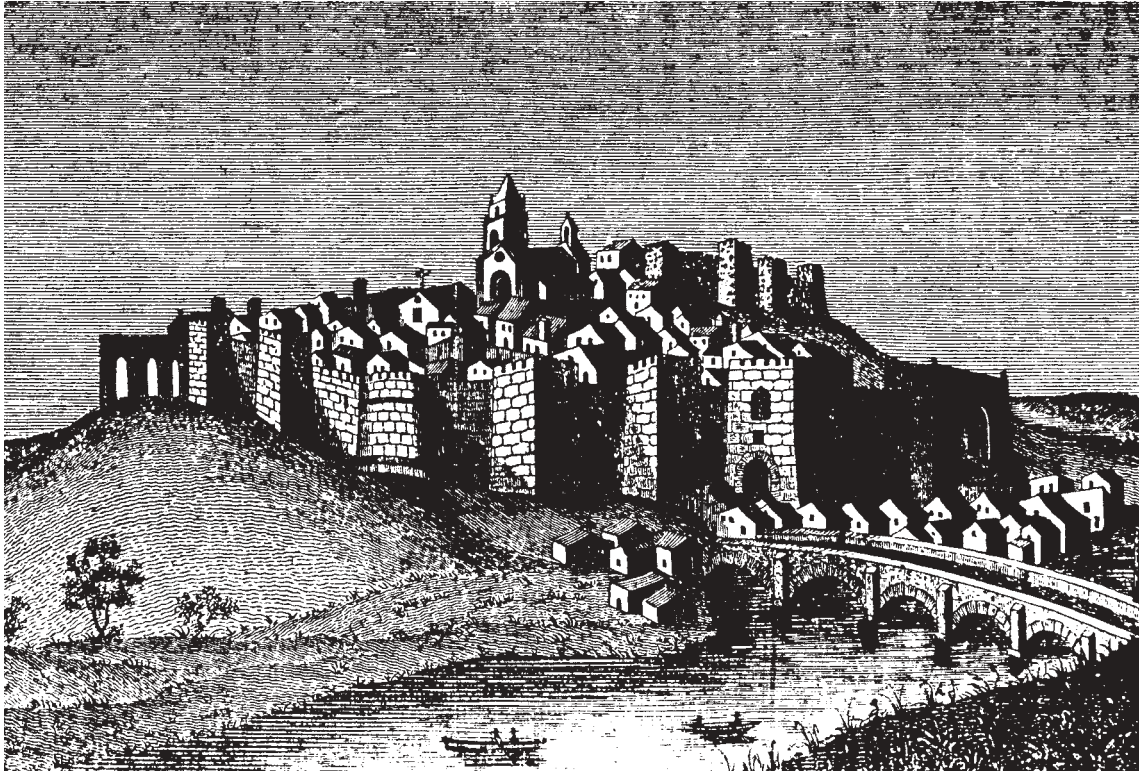


FIG. 6 – Vista de Silves, publicada na revista “O Panorama”, de 1842.

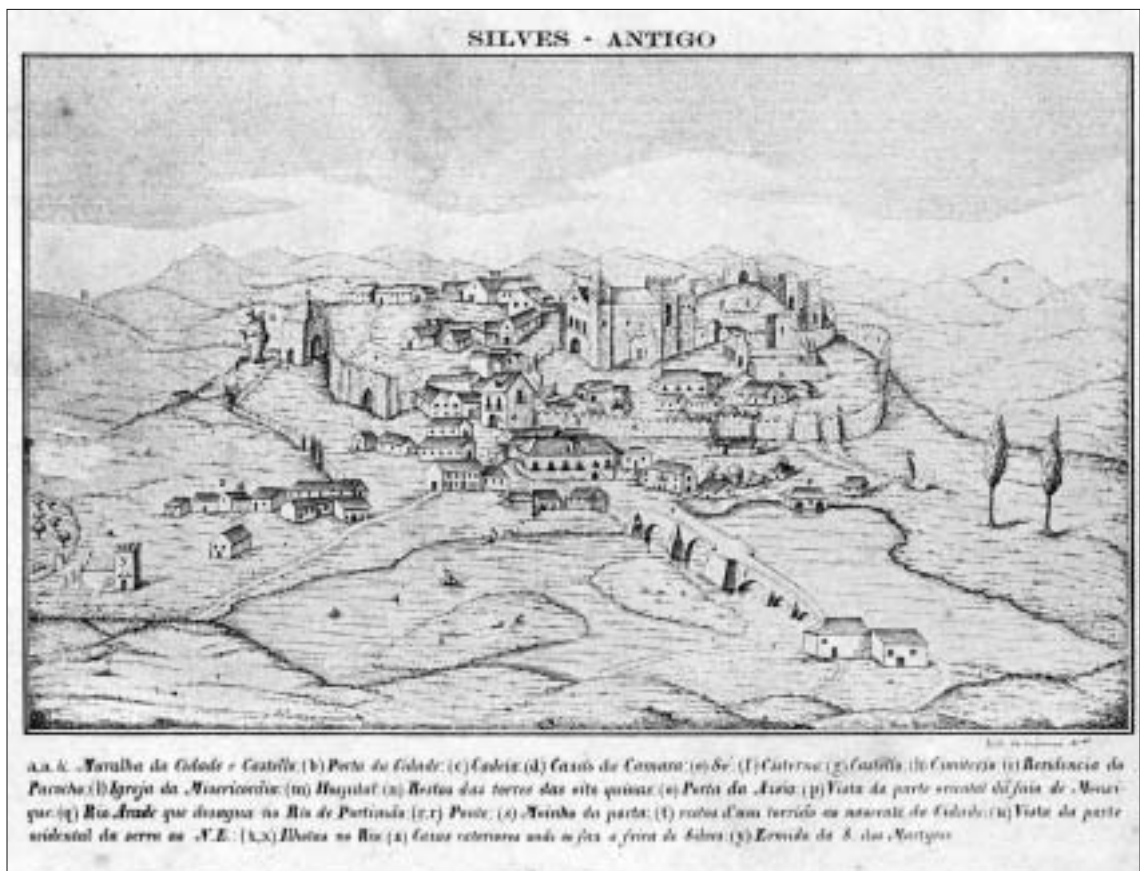


FIG. 7 – Vista de Silves, publicada por João Baptista da Silva Lopes, em 1844.



FIG. 8 – Fotografia dos finais do século XIX, onde se observa a alcáçova de Silves.



FIG. 9 – Postal do início do século XX, com vista do cais e da ponte medieval.



FIG. 10 – Postal do início do século XX, com vista do rio e do Moinho da Porta.

parece corresponder à couraça que partiria da torre, poligonal, situada junto à denominada Porta da Azóia, estruturas hoje desaparecidas (Fig. 6). João Baptista da Silva Lopes deu a conhecer, em 1844, nova representação da cidade de Silves, bem mais completa que a de 1842, mas contendo, de igual modo, importantes distorções (Fig. 7).

Entre os finais do século XIX e meados da centúria seguinte, foram impressos postais com vistas de Silves, algumas das quais pormenorizando aspectos arquitectónicos presentemente alterados ou mesmo inexistentes (Figs. 8-14).

Aqueles documentos completam-se com os publicados, em 1911 e 1934, por Pedro P. Mascarenhas Júdice e, em relação ao Castelo, com as fotografias efectuadas antes das obras de restauro, nos anos quarenta, e publicadas no *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, onde se descrevem tais trabalhos e dão a conhecer levantamentos desenhados daquela edificação (Júdice, 1911, 1934; S/a, 1948, Figs. 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37) (Figs. 15-19).

Quando referimos o nome da cidade muçulmana, hoje conhecida por Silves, optámos pela transcrição *Xelb*, realizada a partir de textos árabes (*Xilb*, *Xelb*, *Chelb*) e, em particular, na tradução da “*Descrição da Espanha*”, de Edrisi, da autoria de J. António Conde (1799) (Conde, 1799, p. 33; Machado, 1997, p. 29).



FIG. 11 — Postal do início do século XX, com vista do cais e da ponte medieval.



FIG. 12 — Postal do início do século XX, com vista do cais e do casario junto ao rio.



FIG. 13 – Postal do início do século XX, com vista da entrada no Castelo.



FIG. 14 – Postal do início do século XX, com vista do lado nascente das muralhas do Castelo.

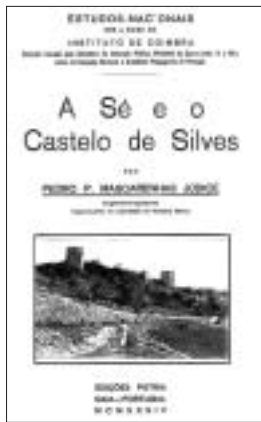


FIG. 15 – Capa da obra “A Sé e o Castelo de Silves”, de Pedro Júdice (1934) e do Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1948).

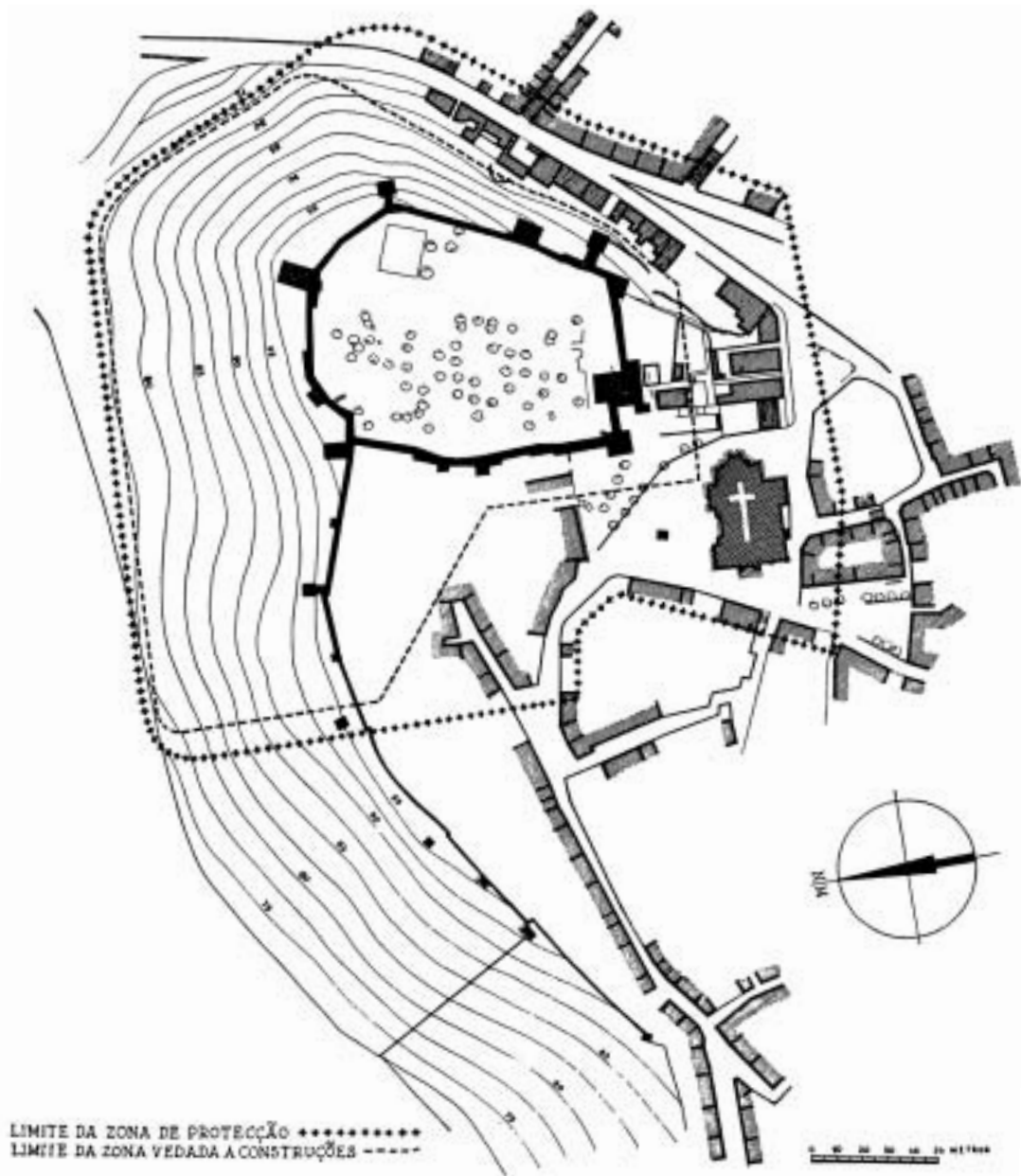


FIG. 16 – Planta do Castelo de Silves e da zona envolvente, com a respectiva área de protecção (seg. Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1948).

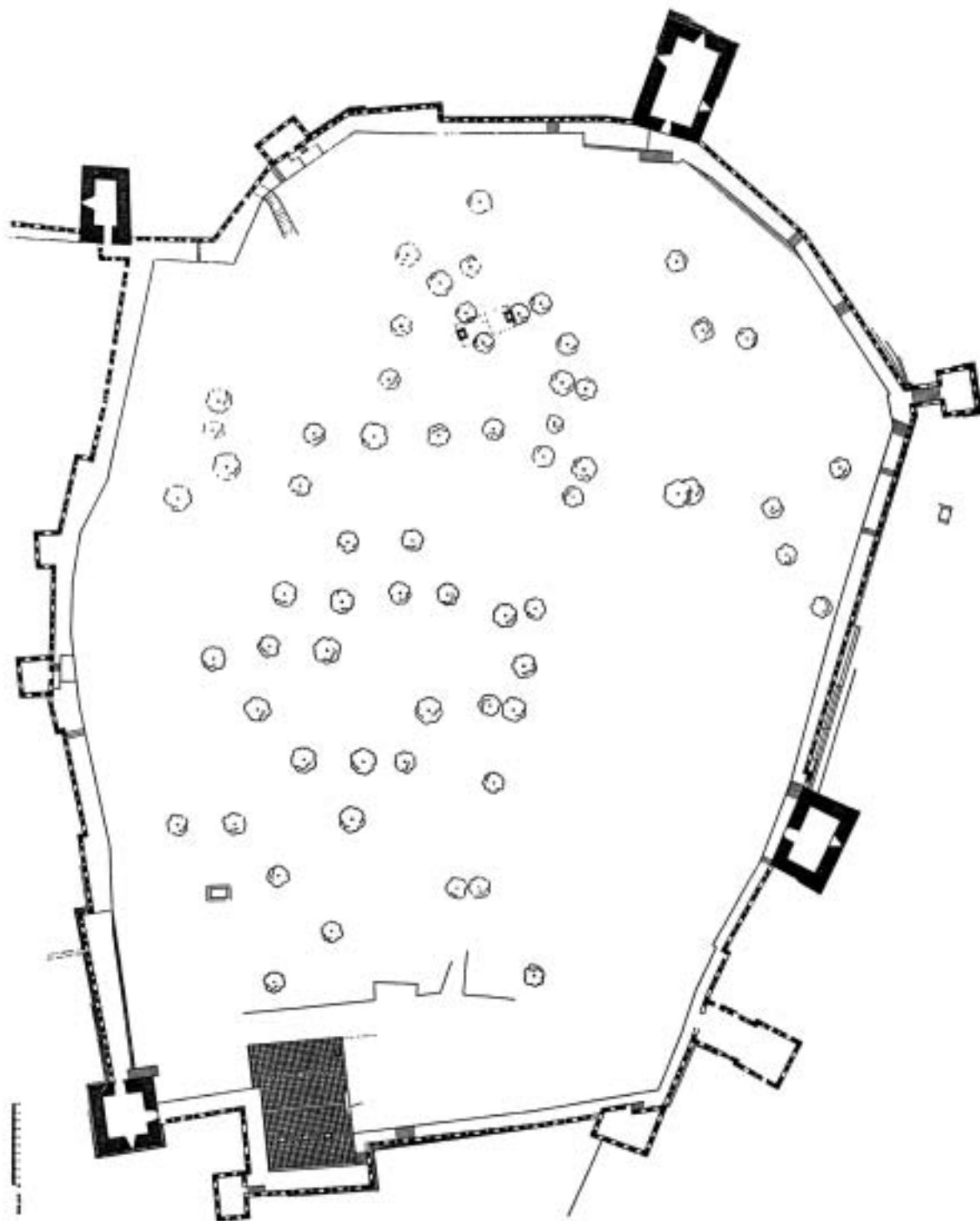


FIG. 17 – Planta do Castelo de Silves, ao nível dos adarves (seg. B.D.G.E.M.N., 1948).

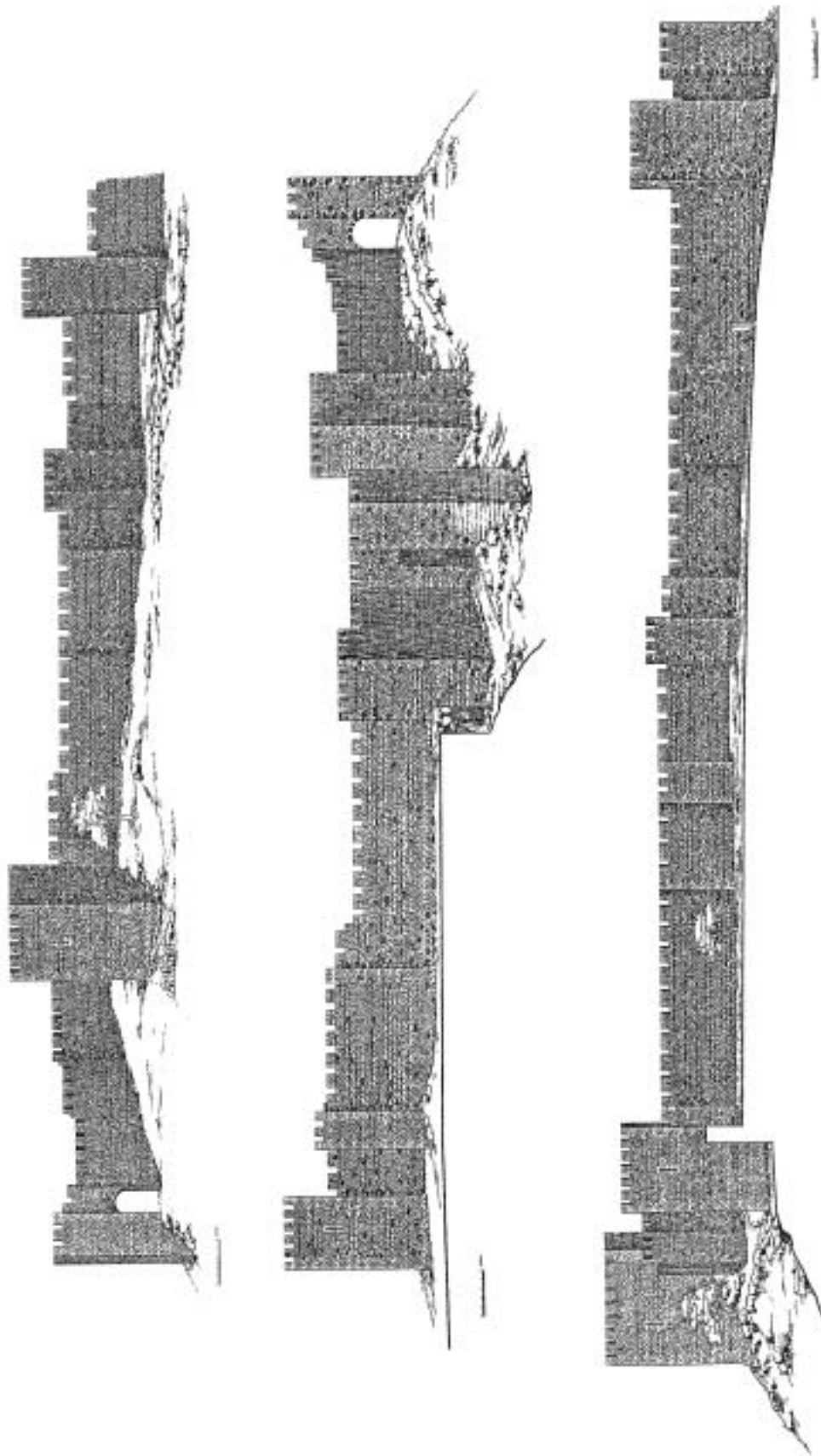


FIG. 18 – Alçados norte, sul e poente, do Castelo de Silves (seg. B.D.G.E.M.N., 1948).

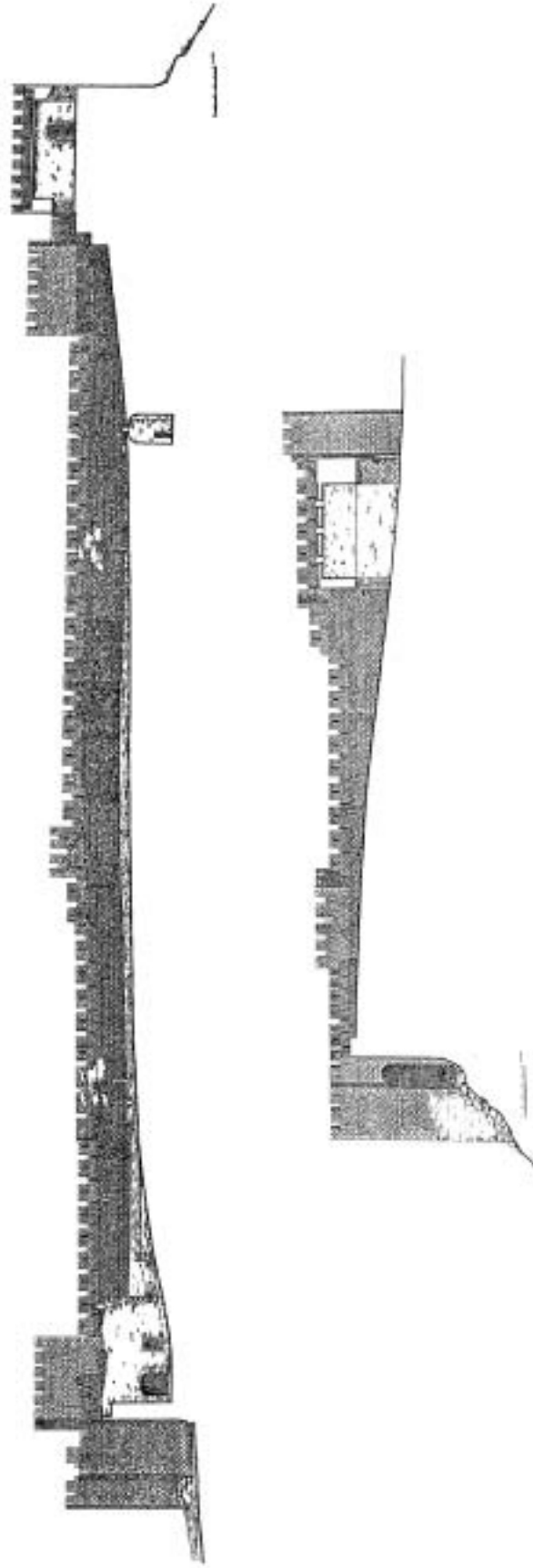


FIG. 19 – Cortes norte-sul e nascente-poente (através da entrada), do Castelo de Silves (seg. B.D.G.E.M.N., 1948).

1.3.3. O estudo do espólio

Inventariámos e procurámos estudar todos os artefactos recuperados nos níveis muçulmanos, nos diferentes arqueossítios investigados, embora tivéssemos descrito mais pormenorizadamente, apenas, os completos ou que considerámos representativos, em relação a cada uma das camadas arqueológicas identificadas. Aqueles foram figurados graficamente. Este registo possibilita não só melhor compreensão e estudo das peças, tendo em vista a obtenção de paralelos, no âmbito do presente trabalho, como oferece a outros investigadores material comparativo capaz de proporcionar a criação de futuro banco de dados, o que descrições por vezes demasiadamente sintéticas não permitem obter.

O catálogo daquelas peças foi organizado tendo em atenção a matéria-prima com que foram produzidas, e consta no fim de cada sub-capítulo ou Capítulo, conforme se justifique, sendo este aspecto mencionado na metodologia de cada um dos sítios intervencionados e agora dados a conhecer. Cada artefacto descrito encontra-se acompanhado do respectivo desenho, identificado através do quadrado e camada arqueológica de procedência, em certos casos, da estrutura que integrava e de número de ordem.

Nas descrições dos artefactos usámos critérios comuns, quer se tratassem de peças de cerâmica, pedra, osso ou metal. Assim, todos eles possuem identificação funcional, descrição formal, da matéria-prima com que foram elaborados, cor, decoração, dimensões e outros atributos considerados pertinentes, como o estado de conservação no caso de apresentarem fracturas, de se encontrarem incompletos ou de oferecerem alterações devidas à sua utilização ou às condições de jazida.

No entanto, conforme antes referimos, as cerâmicas constituem o espólio mais numeroso, com características específicas, pelo que tiveram tratamento diferenciado, recorrendo-se ao seu estudo quantitativo. Nas descrições mencionámos a forma do corpo, do gargalo, do bordo, do lábio, do pé ou dos fundos, das asas e de outros elementos de preensão, a constituição das pastas, a cor do núcleo, tal como as variantes de tratamentos dados às superfícies. Foram, também, registados os motivos decorativos oferecidos por muitos dos fragmentos recolhidos, fossem eles plásticos, incisos, impressos ou pintados.

Muitos dos paralelos assinalados para o espólio agora estudado tiveram em atenção o facto de integrarem estratigrafias seguras ou de importância reconhecida, pelo que quase não recorremos a comparações com materiais isolados, impossibilitados de oferecerem dados concretos, tanto ao nível cronológico como cultural. Aliás, elegemos, como princípio fundamental, primeiramente compreender as estruturas e os espólios exumados, através da sua análise interna ou endógena, e só depois tentámos verificar a pertinência das nossas conclusões através de paralelos com outros arqueossítios.

1.3.3.1. As cerâmicas

1.3.3.1.1. As formas

Na classificação morfológica utilizámos, como termo de comparação, peças semelhantes ainda actualmente em uso. Considerámos que embora certas formas pudessem ter dupla função, como por exemplo as panelas, que tanto serviam para confeccionar alimentos como para os armazenar, poderíamos integrar as peças que descrevemos, nos sete seguintes grandes grupos funcionais:

1. Loiça de mesa, que inclui taças, pratos, copos, púcaros, jarros, jarras, bules, aguamanis, garrafas, trípodas e lavabos;

2. Loiça de cozinha, constituída por alguidares, almofarizes, cinchos, frigideiras, tachos, panelas, cuscuzeiras, com os respectivos testos, bases para pão e *tajines*;
3. Loiça de armazenamento, onde integrámos cantis, infusas, cântaros, potes, ânforas, talhas, tal como as respectivas tampas e bases;
4. Contentores de fogo, formados por lucernas, lamparinas, queimadores e fogareiros;
5. Objectos dedicados a actividades lúdicas, que incluem tambores, marcas de jogo e brinquedos;
6. Outros objectos, como as bacias (com funcionalidade múltipla), os tinteiros e os mealeiros (estes conhecidos fora de contexto arqueológico);
7. Cerâmica industrial, correspondendo às telhas, tijolos, ladrilhos, manilhas/tubos ou condutas, alcatruzes, formas de açúcar, bocais de poço e pesos de rede.

Mencionámos, apenas, formas que referimos no presente trabalho, passando-se, em seguida, à caracterização sucinta de cada uma delas, seguindo-se a ordem antes proposta.

1. Loiça de mesa

TAÇA

Recipiente aberto, com corpo de forma hemisférica, sub-hemisférica ou troncocónica, carenada, com carena acusada ou dupla carena, assentando em fundo plano, algo convexo, ou em pé anelar, mais ou menos alto.

Peça multiformal com dimensões variáveis, poderia ser utilizada individualmente ou para servir alimentos.

As taças que apresentam menor diâmetro no bordo são, em geral, mais fundas, podendo ter sido utilizadas, sobretudo, para conter líquidos.

Existem exemplares com as superfícies de cor semelhante à do núcleo, ou vidradas, esmaltadas e, também, com uma ou ambas superfícies decoradas com motivos, pintados, incisos, estampilhados, com decoração policroma e de corda seca. Outras, ainda, mostram decoração plástica, com cordões verticais.

Algumas taças poderiam completar-se com tampa de fecho hermético.

Trata-se de peças com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se mantiveram ao longo de toda a permanência muçulmana.

Esta forma inclui as denominações *ataifor/zafa/safa*, *jofaina/escudella*, *cazuela/cassola*, que correspondem aos nomes árabes *sahfa*, *tayfûr*, *gidâr*, *ÿafna*, *qas´a* e *tâÿin* referidos por Rosselló-Bordoy (1991, p. 167-169). Incluímos igualmente as peças denominadas pelos termos *malga*, *aljofaina*, *albarrada*, *altemia* e *almofia*, conforme refere Margarida Ribeiro (1987, p. 492-494).

PRATO

Recipiente aberto, com corpo de forma cilíndrica ou troncocónica, de paredes baixas, assente em fundo plano e, em geral, provido de bordo largo sub-horizontal. O diâmetro do bordo aproxima-se do da base, podendo ter dimensões variáveis. Era, em geral, utilizado para servir alimentos à mesa ou para nele serem consumidos.

Trata-se de peça comum nos contextos cristãos, conhecida, apenas, no início da ocupação muçulmana e a partir do século XIII. As superfícies poderiam ser da cor do núcleo, engobadas, brunidas ou decoradas através de pintura.

Corresponde ao nome *disco* com a forma 99 de Rosselló-Bordoy (1991, p. 170).

COPO

Recipiente de pequenas dimensões, com corpo troncocónico, paredes altas, assente em base plana ou em pé anelar.

Conhecemos exemplares produzidos com pastas claras ou cor-de-laranja e, ainda, com as superfícies vidradas.

PÚCARO

Recipiente de pequenas dimensões, com corpo globular, subcilíndrico ou troncocónico, por vezes carenado, com bordo alto e vertical, assente em fundo plano ou ligeiramente convexo. São características destas peças a existência de uma ou de duas asas, neste caso opostas, ligando a parte superior do bordo ao volume mesial do corpo. Trata-se de peça destinada à mesa, para nela se beber, e de uso individual.

A variante de púcaro que apresenta, apenas, uma asa oferece menores dimensões que a variante com duas asas opostas, esta última sempre bem mais numerosa e de grande pervivência, embora com alterações formais ao longo de toda a permanência islâmica.

As superfícies poderiam ser da cor do núcleo, engobadas, brunidas ou decoradas através de pintura.

Corresponde às formas designadas por Rosselló-Bordoy (1991, p. 165, 166, 168) como *jarrita/jerreta/jarrito/cadaf e taza/tassa*, ou aos nomes árabes *barrada, qadh, ibriq, tassa* ou *tâqra* e, segundo Margarida Ribeiro (1987, p. 492), ainda a *alcalá*.

JARRO

Recipiente fechado de corpo globular ou ovóide, com gargalo largo e alto, assentando em fundo plano, algo convexo ou em anel. Apresenta, ainda, uma asa que liga o bordo à zona mesial do corpo.

Não raro o bordo oferece bico e contorno trilobulado. Trata-se de contentor de líquidos com uso colectivo. As suas dimensões são variáveis.

Esta forma demonstra grande pervivência, embora com variantes formais, mantendo-se ao longo de toda a permanência muçulmana.

Encontra paralelo nas formas 33 e 34, com idêntica denominação, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 166).

JARRA

Recipiente fechado, de corpo globular ou ovóide, gargalo largo, assentando em fundo plano ou em pé anelar. Apresenta duas ou quatro asas, opostas, que ligam o bordo à zona mesial do corpo. Trata-se de contentor de líquidos, para uso individual ou colectivo, e poderia ser completado com tampa ou testo. Esta apresentava forma troncocónica, com pequena pega subcilíndrica central, sendo as suas dimensões variáveis. Esta forma de vasilha teve grande pervivência, embora com variantes formais, mantendo-se ao longo de toda a permanência muçulmana.

Tem paralelo nas formas 18 a 24, 28 e 30 de Rosselló-Bordoy (1991, p. 165), denominadas *jarritas* e cujo nome em árabe seria *barrada*.

BULE

Recipiente com corpo globular, mais ou menos achatado, boca larga, gargalo baixo, bico curto e, do lado oposto, uma asa que liga o bordo à zona mesial do corpo. Assenta em fundo plano, algo convexo, ou em pé, baixo, anelar, que poderia, também, ter sido uti-

lizado para encaixar numa base. Peça de dimensões variáveis, utilizada para conter líquidos e, sobretudo, chá.

Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana.

AGUAMANIL

Recipiente com corpo globular, gargalo alto e estreito, com bico longo, apresentando, no lado oposto, uma asa que liga o gargalo à zona mesial do corpo. Assenta em fundo plano ou em pé anelar. Seria utilizado para conter líquidos, sobretudo água.

Trata-se de vasilha com grande pervivência que, com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana. Alguns aquamanis mostram bico com forma zoomórfica.

É semelhante aos jarros com as formas 37, 38 e 39 de Rosselló-Bordoy (1991, p. 166), cujo nome árabe era *qadh*.

GARRAFA

Recipiente com corpo globular ou ovóide, gargalo estreito e alto, assente em fundo plano ou em pé anelar. Apresenta uma asa, que liga o gargalo à zona mesial do corpo. Peça de dimensões variáveis, era utilizada para conter líquidos podendo, as de menores dimensões, terem servido como galhetas.

Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana.

Corresponde à forma *redoma*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 166).

TRÍPODE

Recipiente aberto, com forma cilíndrica ou troncocónica, grande diâmetro no bordo, assente em três pés. Peça de dimensões variáveis, era utilizada para servir alimentos. Dispomos, apenas, de exemplares pertencentes à fase final da ocupação muçulmana (séculos XII-XIII).

Encontra paralelos em peças com o mesmo nome ou denominadas *respeus*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 168), sendo o nome árabe *atfiya*.

LAVABO / PIA DE ABLUÇÕES

Recipiente aberto com forma sub-paralelepípedica ou cilíndrica, paredes oblíquas e assente em fundo plano. As suas dimensões são variáveis.

Trata-se de vasilha destinada a lavar os dedos, no início, durante ou no final das refeições ou usada em abluções. Dispomos, apenas, de exemplares pertencentes à fase final da ocupação muçulmana (séculos XII-XIII).

Pode corresponder às formas *albarrada* ou *aljofoina* de Margarida Ribeiro (1987, p. 492), ambas consideradas como lava-mãos.

2. Loiça de cozinha

ALGUIDAR

Recipiente aberto, em geral de grandes dimensões, com forma subcilíndrica ou troncocónica, paredes mais ou menos oblíquas e assente em fundo plano. Por vezes oferece grandes diâmetros, tanto no bordo como no fundo. Seria utilizado para preparar alimentos na cozinha e, quiçá, para lavar loiça.

Trata-se de peça com larga pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, como posteriormente, alcançando os nossos dias.

Corresponde às denominações de *lebrillo*, *alcadafe/ribell*, *llibrell* ou *gibrell* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 169), cujo nome árabe seria *librîl*, *qasriya*, *qadh*, sendo referido, por Margarida Ribeiro (1987, p. 492), como alguidar.

ALMOFARIZ

Recipiente com forma cilíndrica ou troncocilíndrica, paredes muito espessas e pequeno diâmetro, tanto no bordo como no fundo. Assenta em base plana.

Seria utilizado para pisar e misturar especiarias, ervas aromáticas e outros condimentos, com pequeno pilão ou mão.

Trata-se de peça pouco comum, ao longo de toda a permanência muçulmana em Silves, contrariamente ao que acontece a partir dos séculos XIV-XV.

CINCHO

Recipiente aberto, de forma troncocónica, assente em base algo convexa, provido de orifícios circulares. As dimensões são variáveis.

Trata-se de vasilha utilizada na manufatura de queijos.

Peça com grande pervivência, dada a sua funcionalidade, e que, embora pouco frequente nos contextos muçulmanos, poderá ter existido ao longo de toda aquela permanência.

FRIGIDEIRA

Recipiente baixo, com forma cilíndrica ou troncocónica, paredes pouco inclinadas e assente em fundo plano ou ligeiramente convexo. As dimensões são variáveis.

Esta peça era utilizada na preparação de alimentos e, em particular, para os frigar ao lume.

Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias.

Corresponde à forma denominada *cazuela/cassola*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 169), sendo o seu nome árabe *qas'a* ou *tâÿin*.

TACHO

Recipiente, com forma cilíndrica ou troncocónica, baixo e largo, com paredes pouco inclinadas. Assenta em fundo plano ou ligeiramente convexo e apresenta, em geral, duas asas, opostas, que ligam o bordo ao corpo ou ao fundo da peça. As dimensões são variáveis.

Esta peça era utilizada na preparação de alimentos e, em particular, para os cozinhar ao lume.

Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve o longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias.

PANELA

Recipiente fechado, com corpo globular ou ovóide, mais ou menos achatado, assente em base plana, ligeiramente convexa ou em bolacha. Apresenta uma asa e, mais comumente, duas asas, opostas, que ligam o bordo à zona mesial do corpo. As suas dimensões são variáveis.

Trata-se de peça utilizada na preparação de alimentos e, em particular, para os cozinhar ao lume. Estes recipientes eram completados com uma tampa, ou testó, de forma troncocónica e com pequena pega subcilíndrica, central.

Esta vasilha oferece grande pervivência e, embora com acentuadas variantes formais, manteve-se ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias.

As variantes detectadas em Silves são semelhantes às formas 73 a 81, designadas como *marmita/olla*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 168).

CUSCUZEIRA

Recipiente fechado com corpo de forma globular, mais ou menos achatado, base algo convexa e provida de múltiplos orifícios circulares. Esta peça era utilizada sobre um recipiente de ir ao fogo, repleto de água, tendo em vista cozer o cuscuz ao vapor. Por vezes utilizou-se uma panela a que se perfurou o fundo.

Trata-se de vasilha comum, dada a sua funcionalidade, nos contextos muçulmanos dos séculos XII-XIII, altura em que a iguaria nela cozinhada terá sido divulgada na Península Ibérica.

Esta vasilha teria forma similar à forma 102, designada erradamente por *colador* (=coador) por Rosselló-Bordoy (1991, 170) ou por *cuscuzeiro*, segundo Margarida Ribeiro (1987, p. 492), sendo o seu nome em árabe *kaskas*. Em berbere aquela prato chama-se *kuskus*.

BASE PARA PÃO

Peça em forma de placa, com contorno circular e dimensões variáveis, que servia como suporte para cozer o pão no forno ou num fogareiro.

Seria recipiente pouco usual mas, dada a sua funcionalidade, poderá ter-se mantido ao longo de toda a permanência muçulmana.

TAJIN

Conjunto que inclui taça ou frigideira e respectiva tampa. Esta dispunha de orifícios para a saída do vapor. Era utilizada para confeccionar e, também, servir à mesa cozidos e guisados, sendo forma actualmente comum no mundo muçulmano norte-africano. Nas escavações arqueológicas realizadas recuperámos, apenas, as tampas do que pensamos terem sido peças deste tipo. Segundo Rosselló-Bordoy (1991, p. 93) o nome árabe seria *tazin/tuazun; tâÿin/tawâÿin*.

3. Loiça de armazenamento

CANTIL

Recipiente fechado, com forma globular algo achatada, fundo convexo e pequeno gargalo. Apresenta duas asas, opostas, que ligam o gargalo à zona mesial do corpo e serviam para pendurar este contentor. As suas dimensões são variáveis.

Trata-se de vasilha utilizada para guardar e transportar pequenas quantidades de líquidos.

Este utensílio apresenta grande pervivência, dada a sua funcionalidade, predominando nos contextos islâmicos, em particular, nos séculos XII-XIII.

Corresponde à designação de *cantimplora/baldraca* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 165) e pode corresponder à forma *alcarraza* de Margarida Ribeiro (1987, p. 492).

INFUSA

Recipiente com forma globular alongada, ou piriforme, gargalo alto, assente em fundo plano e provida de asa, ligando o gargalo a um ponto do volume mesial do corpo. Trata-se de contentor de líquidos, semelhante ao cântaro, mas de menores dimensões. A forma desta peça é idêntica à de exemplares denominados *jarra/gerra*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 164).

CÂNTARO

Recipiente fechado, com corpo de forma globular ou ovóide alongada, assente em fundo plano e com gargalo alto. Apresenta duas fortes asas, largas e opostas, que ligam o gargalo à zona mesial do corpo. Mostra, normalmente, grandes dimensões. Trata-se de peça com grande pervivência, destinada a armazenar ou transportar líquidos e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias.

POTE

Recipiente baixo, com forma globular, assente em base plana. Estas vasilhas, de dimensões médias, eram utilizadas para conter líquidos, sólidos e, quando mais pequenos, cosméticos.

Trata-se de peça com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana.

A sua forma corresponde às denominações *orza/ancolla* e *limeta* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 164, 167), cuja denominação em árabe era *qulla* e *limma*.

ÂNFORA

Recipiente, com forma ovóide, de grande formato, provido de duas asas, opostas, que ligam o gargalo à zona mesial do corpo. Assenta em fundo convexo ou plano e as suas dimensões são variáveis. Trata-se de vasilha utilizada no armazenamento e transporte, por terra ou mar, de alimentos líquidos ou sólidos.

Este contentor teve grande pervivência, dada a sua funcionalidade e antecedentes, embora predominem em Silves, por ora, os exemplares atribuídos aos séculos XII-XIII.

TALHA

Recipiente com forma ovóide e paredes espessas, podendo apresentar duas asas opostas. Assenta em fundo plano e as suas dimensões são variáveis, mas em geral grandes. Trata-se de vasilha utilizada para armazenar líquidos ou produtos sólidos. Estes contentores eram completados, normalmente, com uma tampa, de forma troncocónica e pega, subcilíndrica, central. Algumas das talhas para água eram colocadas sobre bases de forma cilíndrica.

Estas peças mostram grande pervivência e, embora com variantes formais, mantiveram-se ao longo de toda a permanência muçulmana.

Corresponde às formas denominadas *tinaja/alfabia*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 162, 163), cujo nome árabe seria *jâbîya*.

BASE DE TALHA

Elemento de forma cilíndrica onde assentavam as talhas. Era, em geral, provido de bico, por onde saía a água vertida pelo fundo da talha que suportava.

4. Contentores de fogo

LUCERNA

Recipiente com corpo de forma cilíndrica ou sub-esférica, assente em fundo plano, provido de bico longo e de uma asa. Esta, em geral, liga o bordo à base. As suas dimensões são variáveis.

Trata-se de peça utilizada na iluminação, oferecendo grande pervivência, dado que, embora com variantes formais, manteve-se ao longo de toda a permanência muçulmana.

Este utensílio corresponde às formas denominadas *candil*, *llantia* e *llumeta* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 174), cujo nome árabe seria *qandil* e *misbâh*.

LAMPARINA

Recipiente aberto, com corpo de forma hemisférica, cilíndrica ou troncocónica, assente em pé alto, suportado por base circular.

O corpo encontra-se, em geral, ligado à base por uma asa. Mostra, no lado oposto à asa, um ou dois bicos e as suas dimensões são variáveis. Trata-se de peça utilizada na iluminação.

Dispomos, apenas, de exemplares pertencentes à fase final da ocupação muçulmana, séculos XII-XIII, de Silves.

Este utensílio é similar às representações 136 e 137 de Rosselló-Bordoy (1991, p. 174).

QUEIMADOR

Recipiente aberto com forma, normalmente, de prisma poligonal, assente em base plana. Por vezes apresenta decoração profusa, tanto no interior como no exterior. As dimensões são variáveis.

Vasilha destinada a queimar substâncias aromáticas, mostra grande pervivência, dada a sua funcionalidade, embora predominem em Silves, por ora, exemplares atribuídos aos séculos XII-XIII.

Corresponde à forma dos *quema perfumes* ou *pebeteros*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 173), cujo nome árabe seria *mabjâra*.

FOGAREIRO

Peça com fornalha de forma cilíndrica ou troncocónica, com fundo plano e corpo hemisférico ou troncocónico. A parede comum à fornalha e ao corpo oferece perfurações circulares. A boca da fornalha é sub-triangular ou semicircular. Por vezes as paredes interiores mostram suportes horizontais, para apoio da grelha ou de recipientes. As suas dimensões são variáveis.

Trata-se de peça com grande pervivência e que, sem grandes variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os dias de hoje.

Corresponde à forma *anafe/fogo* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 171), embora não tivéssemos, ainda, recolhido exemplares exactamente iguais aos representados por aquele autor, sob os números 113, 114 e 120. O nome árabe deste utensílio seria *tannûr*, *malla* e *nafaj*.

5. Objectos dedicados às actividades lúdicas

TAMBOR

Utensílio com forma compósita, constituído por corpo cilíndrico e caixa troncocónica. Esta era revestida por pele esticada. As suas dimensões são variáveis.

Trata-se de instrumento de percussão, em que se rufa normalmente com as mãos, dadas as suas pequenas dimensões, mas também com uma ou duas baquetas.

Peça de grande pervivência, pode ter-se mantido ao longo de toda a permanência muçulmana, embora apenas disponhamos de exemplar atribuído ao século VIII.

Segundo Rosselló-Bordoy (1991, p. 177), pode ser designado por *adufe* ou *atabal*, sendo o seu nome árabe *duf*, *tabal*, *tiryâl*, *bandayr*, *şaqf* ou *nuqayra*.

MARCA DE JOGO

Apresenta forma cilíndrica. Dispomos, em maior número, de exemplares que aproveitam fragmentos de cerâmica, com contorno circular ou subcircular e arestas boleadas, sendo utilizados para marcar posições ou pontos em diferentes jogos. As suas dimensões são variáveis, desde 0,01 m a 0,02 m de diâmetro, até cerca de 0,10 m de diâmetro.

Trata-se de peça com grande pervivência dado que se manteve, com a mesma forma, ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando, pelo menos, a Idade Moderna.

BRINQUEDOS

Objectos utilizados para distrair e educar crianças. Encontrámos parte de uma figura antropomórfica (boneca) e miniaturas de vasilhas, elaboradas segundo modelos usados no quotidiano, como panelinhas, jarrinhas, pequenas lucernas, etc. Também pequeno prótomo zoomórfico, de equídeo, pode ter pertencido a brinquedo.

Trata-se de peças com grande pervivência, embora predominem, por ora, exemplares atribuídos aos séculos XII-XIII.

6. Outros objectos

BACIA

Recipiente com forma subcilíndrica, geralmente de grandes dimensões, assente em fundo plano.

Em Silves apenas se conhecem exemplares do século XIII.

TINTEIRO

Recipiente de pequenas dimensões, com forma bitroncocónica, assente em fundo plano ou em pé, baixo e anelar. Trata-se de vasilha utilizada para guardar tinta de escrever.

Este recipiente, dada a sua funcionalidade, pode ter tido grande pervivência, embora encontrássemos apenas um exemplar, pertencente aos séculos XII-XIII.

Corresponde à forma denominada *tintero/tinter*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 173), cujo nome árabe era *duwaya*.

MEALHEIRO

Peça fechada, de forma globular, com pequena abertura (em forma de fenda) por onde se introduziam moedas. Trata-se de vasilha usada para aforrar dinheiro.

Utensílio com grande pervivência, dada a sua funcionalidade, poderá ter sido utilizado ao longo de toda a permanência muçulmana, devido à existência de intensa circulação monetária. Todavia, conhecemos apenas um exemplar medieval procedente de Silves, encontrado fora de contexto arqueológico.

7. Cerâmica industrial

TELHA

Elemento arquitectónico, com forma de placa rectangular, encurvada ou em meio canudo. As dimensões correspondem a medidas padrão, que no caso dos exemplares exumados em Silves variam entre 0,386 m x 0,164 m x 0,014 m e 0,418 m x 0,166 m x 0,012 m. Foi utilizado na cobertura de edifícios e de alpendres, sobre estruturas de madeira.

Alguns exemplares oferecem decorações digitadas, ponteadas ou em linhas onduladas. Trata-se de peças com grande pervivência, conhecidas ao longo de toda a permanência muçulmana e ulterior, alcançando os nossos dias.

Corresponde às formas *teja/teula* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 176), cujo nome árabe era *qarmad* ou *qarmada*.

TIJOLO

Elemento arquitectónico com forma paralelepípedica. As dimensões correspondem a medidas padrão, que no caso dos exemplares completos, exumados em Silves, mostram 0,285 m x 0,135 m x 0,050 m. Foi utilizado na construção de paredes, abóbadas, colunas e, mais raramente, em revestimentos.

Trata-se de peças com grande pervivência, cujo uso se terá mantido ao longo de toda a permanência muçulmana.

LADRILHO

Elemento arquitectónico com forma de placa paralelepípedica e pequena espessura. As dimensões correspondem a medidas padrão, que no caso dos exemplares completos, exumados em Silves, apresentam 0,270 m x 0,210 m x 0,016 m.

Eram utilizados na pavimentação de pisos, tanto de compartimentos cobertos como descobertos.

Trata-se de peças com grande pervivência, mantendo-se ao longo de toda a permanência muçulmana.

Esta forma foi referida por Rosselló-Bordoy (1991, p. 176), com a designação de *ladrillo/rajola, tova*, sendo o seu nome árabe *aşura* ou *laşûra*.

MANILHA/TUBO OU CONDUTA

Peça com forma cilíndrica provida de orifício central. As dimensões correspondem a medidas padrão e era utilizada nas canalizações de líquidos, em geral de águas limpas. Trata-se de elementos que, dada a sua funcionalidade, se terão mantido, embora com variantes formais, ao longo de toda a permanência muçulmana.

Corresponde à forma *atanor/tub*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 176).

ALCATRUZ

Peça com corpo de forma subcilíndrica e fundo cónico. Certas particularidades e as dimensões são variáveis em função da forma e da cronologia. Eram utilizados em conjunto, formando as cadeias de nora, para retirar água de poços ou de cisternas. Trata-se de vasilha com grande pervivência e que, embora com variantes formais, se manteve ao longo de toda a permanência muçulmana, alcançando os nossos dias. Corresponde à forma denominada *arcaduz/caduf, cadufol* ou *catufol*, por Rosselló-Bordoy (1991, p. 174), sendo o seu nome árabe *qâdûs*. É referido por Margarida Ribeiro (1987, p. 492) com a designação de alcatruz.

FORMA DE AÇÚCAR

Recipiente com forma subcónica, com orifício circular no ápice, de dimensões variáveis. Era utilizado como molde na fabricação do açúcar, durante a denominada purga. Trata-se de peça cuja introdução e divulgação na Península Ibérica, pelos Muçulmanos, se terá realizado a partir do século X. Corresponde à forma *molde de azucar* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 173).

BOCAL DE POÇO

Elemento arquitectónico com forma cilíndrica ou prismática, de dimensões variáveis. Seria utilizado como protecção da boca de poços ou de cisternas, permitindo o acesso à água. O poço ou cisterna fazia parte do equipamento de muitas das casas islâmicas de Silves e instalava-se no pátio interior daquelas. Trata-se de peça que, dada a sua funcionalidade, parece ter tido grande pervivência, embora com variantes formais e decorativas, durante toda a permanência muçulmana. É utilizada designação semelhante por Rosselló-Bordoy (1991, p. 175) (*brocal de pozo*).

PESO DE REDE

Artefacto com forma ovóide ou subcilíndrica, com perfuração longitudinal, em geral de pequenas dimensões.

1.3.3.1.2. Pastas, tratamento das superfícies e decorações

Nas descrições das cerâmicas considerámos como pasta a massa argilosa utilizada no seu fabrico. Aquela pode apresentar composições variáveis, permitindo-nos classificá-la em função dos seus elementos constituintes, do grau de homogeneidade que apresentam e de compactação.

Os constituintes não plásticos das pastas foram utilizados como desengordurantes, dando maior consistência à componente argilosa e evitando que as cerâmicas fracturassem ao fogo. Assim, as pastas foram consideradas muito homogéneas e compactas, quando os elementos não plásticos oferecem grão finíssimo ou muito fino, formando grande unidade com os argilosos, e sendo normalmente impossível observá-los à vista desarmada. Elas são, em geral, ainda muito homogéneas e compactas quando os elementos não plásticos apresentam dimensões inferiores a 0,5 mm. Pastas homogéneas e compactas evidenciam elementos não plásticos de grão médio, medindo entre 0,5 mm e 1,0 mm, mal calibrados e cuja distribuição mostra, em geral, variações. Pastas contendo elementos não plásticos com grão grosseiro, de dimensões superiores às anteriormente referidas, podendo atingir os 4,0 mm, são, quase sempre, pouco homogéneas e não muito compactas, dado que o grande tamanho do desengordurante não permite tão boa união aos elementos argilosos, fragili-

zando a cozedura. Trata-se de pastas normalmente mal depuradas, aliás pouco comuns nos contextos islâmicos de Silves.

Os elementos não plásticos detectados macroscopicamente, incorporados nas paredes dos fragmentos observados, são a mica, negra (biotite) ou branca (moscovite), o quartzo, o calcário, o feldspato, o arenito vermelho e pequeníssimos nódulos de barro cozido, correspondendo a fragmentos de cerâmica esmagados.

Verificámos, no entanto, que as cerâmicas podem apresentar alterações, em relação às cores dos núcleos e das superfícies das paredes, devido ao tratamento destas e, em particular, ao ambiente de cozedura existente no interior do forno, assim como ao ambiente de arrefecimento.

No caso de o ambiente de cozedura ser oxidante, as cerâmicas apresentam tanto o núcleo como as superfícies das paredes de cores avermelhadas. Por vezes oferecem outras colorações, quando as superfícies receberam tratamento distinto, designadamente engobes ou vidrados.

Em ambiente de cozedura com pouco oxigénio, ou redutor, tanto o núcleo como as superfícies das paredes mostram cores escuras, em tons de castanho ou negro.

Algumas das cerâmicas cozidas em ambiente redutor sofreram arrefecimento em ambiente oxidante, pelo que o núcleo das paredes conserva cor escura, enquanto as superfícies se tornaram de cor castanha avermelhada ou mesmo vermelhas. Também é possível dar-se o inverso e, então, o núcleo das paredes é avermelhado enquanto as superfícies oferecem cores escuras.

As cerâmicas foram agrupadas em função das cores do núcleo ou das superfícies e, ainda, do tratamento dado àquelas. Considerámos, de igual modo, técnicas decorativas, particulares, conduzindo ao tratamento separado das peças correspondentes, como o vidrado, o esmaltado, a decoração policroma, a corda seca, a corda seca parcial, o reflexo metálico, a pintura com azul de cobalto, a técnica do bago de arroz e o esgrafitado sobre engobe negro.

A uma ou a ambas superfícies das peças pode ter sido aplicada, antes da cozedura, um dos tratamentos a seguir enumerados, de modo a impermeabilizar ou a tornar mais homogêneas as superfícies dos recipientes:

AGUADA

Quando é aplicada cobertura, com corante muito diluído, de cor geralmente diferente da pasta.

ENGOBE OU ENGOBO

Corresponde a banho semelhante ao anterior, embora bem mais espesso e cobrindo total ou parcialmente a peça, podendo ser utilizado um óxido, como colorante.

VIDRADO

Quando a peça é coberta, parcial ou totalmente, por camada de óxidos alcalinos de chumbo, que vitrificam ao fogo, assemelhando-se a verniz transparente e podendo-se observar a pasta. É utilizado para impermeabilizar o interior de certas peças, já que quando aplicado no exterior tem sobretudo função decorativa. Este tratamento é acentuado com o emprego de óxidos capazes de conferirem tonalidades. Com o óxido de ferro produziram-se os castanhos e os ocre, com o óxido de manganês os tons de castanho escuro roxo e negro, com óxido de cobalto obtiveram-se os azuis ou os negros, e com o óxido de antimónio os amarelos.

ESMALTE

Corresponde a cobertura vítrea opaca, branca ou colorida, de óxido alcalino de estanho, aplicada sobre peças previamente engobadas. Com a utilização dos óxidos acima referidos obtiveram-se coloridos.

As técnicas decorativas mais recorrentes foram realizadas através de incisões, impressões de matrizes ou estampilhagem, da ornamentação brunida ou esgrafitada, ambas sobre engobe, e, ainda, usando pinturas, com óxidos de cores contrastantes em relação às superfícies.

As formas das cerâmicas não correspondem, somente, a critérios de ordem funcional. Elas possuem, também, características estéticas, mais evidentes em certos tipos de loiça, como a loiça de mesa, mas, de igual modo, em peças de uso comum, nomeadamente de cozinha ou armazenamento, decoradas através de diferentes tipos de ornamentação. Soluções mais simples ou mais complexas valorizaram certos volumes das peças, através das seguintes técnicas:

CANELURA

É um dos processos decorativos mais comuns, em que o oleiro deixa impressos na superfície exterior das peças os dedos aquando da sua formação ou, apenas, tendo em vista decorar certas zonas. Pode ter-se utilizado, de igual modo, uma espátula, permitindo ritmo mais certo para conseguir aquele mesmo efeito.

Algumas vasilhas apresentam somente uma canelura, demarcando o bordo ou na separação entre o colo e o corpo. Outras mostram a totalidade do gargalo e até do corpo preenchidos por caneluras. As caneluras verticais aparecem, normalmente, na decoração das asas. Esta decoração realiza-se com a pasta ainda mole, aquando da montagem dos recipientes ao torno ou depois de desenformadas, como acontecia com as telhas.

INCISÃO

Trata-se de decoração efectuada com espátula fina ou ponta aguçada, podendo oferecer aspecto linear ou ondulado e, mais raramente, pequenas perfurações. Este tipo de ornamentação surge isolado ou por vezes associando diferentes linhas, paralelas, horizontais ou onduladas, que demarcam bordos, o arranque de gargalos ou a ligação entre o colo e o corpo das peças.

As linhas incisivas podem ser mais ou menos largas e profundas mostrando secções em V, U ou em L. Realizaram-se antes da peça ser cozida, normalmente após a montagem ao torno.

ESTAMPILHAGEM

Técnica que utiliza a impressão de matrizes, previamente gravadas, com motivos distintos em relevo. As matrizes, ou selos, podem ser planas, de madeira, cerâmica ou metal, como cilíndricas, sendo, neste caso, roladas sobre as superfícies a decorar. Aplicam-se com a pasta mole, podendo usar-se matrizes com diversas formas, dimensões e motivos decorativos, em uma mesma peça, como acontece nas de maiores dimensões (talhas). Por vezes associam-se à decoração impressa motivos incisivos, caneluras e até decorações plásticas.

As impressões de matrizes encontradas em Silves mostram motivos antropomórficos, zoomórficos, ambos raros, vegetalista, geométricos, arquitectónicos, epigráficos ou pseudoepigráficos.

DECORAÇÃO PLÁSTICA

É constituída pela aplicação de elementos modelados, manualmente ou moldados em formas, quando o barro se encontra ainda fresco.

Podem ter carácter zoomórfico (raros), como fitomórfico, geométrico ou arquitectónico.

BRUNIDO

Obtém-se passando pelas superfícies da peça, antes de ser cozida, um seixo de rio, espátula de madeira ou de osso, tornando-as mais lisas. Essas zonas ficam polidas e brilhantes, após a cozedura. Com o mesmo processo podem realizar-se desenhos variados.

PINTURA

Utiliza óxidos, dissolvidos em água, que permitem a obtenção das cores branca, azul, roxa, castanha, negra, verde, amarela, cor-de-laranja ou vermelha, com variantes de tom. Os motivos representados são executados a pincel, com bateria de pincéis ou digitados. Na cor branca foi utilizada, na grande maioria das vezes, caulino.

ESGRAFITO

Técnica que recorre à abertura, com estilete metálico ou outra ponta aguçada, de motivos decorativos sobre zonas ou figuras pintadas ou engobados. Conhecem-se esgrafitos sobre reflexo metálico e sobre engobe negro, de óxido de manganês. Pode ser realizado antes da peça ser cozida ou ulteriormente.

MANCHAS OU PINGOS DE VIDRADO

Observam-se sobre superfícies claras, por vezes formando linhas ou revestindo parcialmente os recipientes.

CORDA SECA TOTAL

Técnica que se traduz na pintura de peças primeiramente cozidas (chacotadas), com esmaltes de cores diferentes, separados por matéria gordurosa ou óxido de manganês, muitas vezes sobre incisões prévias que contornam os motivos decorativos. Uma segunda cozedura fixa o óxido de manganês e os esmaltes.

CORDA SECA PARCIAL

Técnica que decora peças já cozidas, com vidrado ou esmaltes, de uma ou duas cores, contornados com óxido de manganês, deixando extensas áreas em reserva. Uma segunda cozedura fixa os vidrados, esmaltes e o óxido de manganês.

ESMALTE

Processo já antes referido, permitindo produzir cobertura vítrea colorida.

REFLEXO METÁLICO

Técnica que permite a obtenção de peças com motivos pintados em tons metálicos, geralmente dourados. Estes devem-se à aplicação de uma mistura de cinábrio, sulfato de cobre, óxido de ferro, enxofre e prata, usualmente substituída por cobre, sobre peças esmaltadas de cor branca. Estas são novamente levadas ao forno, a fim de cozer as decorações douradas, em ambiente redutor e a baixa temperatura.

BAGO DE ARROZ

Técnica que utiliza espessas camadas de esmalte colorido, em geral nas cores branca ou azul, que obturam elementos trepanados, de modo a mostrarem, à luz, transparência.

1.3.3.1.3. Tipos, ou classes de cerâmicas

A partir dos atributos enunciados definiram-se os seguintes tipos ou classes de cerâmicas:

1. Cerâmicas fabricadas com pastas claras ou vermelhas, com as superfícies esmaltadas de cor branca.
2. Cerâmicas fabricadas com pastas claras, superfícies esmaltadas de cor branca e decoração pintada de cor azul de cobalto. Integrámos nesta classe um fragmento decorado com a técnica de “bago de arroz”.
3. Cerâmicas fabricadas com pastas claras, com as superfícies esmaltadas de cor branca e decoração de reflexo metálico.
4. Cerâmicas fabricadas com pastas claras, com as superfícies esmaltadas de cor branca e decoração nas cores verde e castanha, de manganês (policromas).
5. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e superfície(s) esmaltada(s) de cor verde. Algumas superfícies mostram variações de tom, assim como a associação às cores branca ou amarela.
6. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e superfícies esmaltadas de cor castanha. Estas podem apresentar diferenças cromáticas entre as superfícies, da cor castanha clara amarelada à castanha escura.
7. Cerâmicas fabricadas com pastas claras, mostrando as superfícies decoração de corda seca.
8. Cerâmicas fabricadas com pastas claras ou vermelhas, tendo uma ou ambas superfícies vidradas.
9. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e decoração de corda seca parcial.
10. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e decoração constituída por manchas de vidro.
11. Cerâmicas fabricadas com pastas claras e decoração constituída por engobe de cor negra e esgrafitos.
12. Cerâmicas fabricadas com pastas e superfícies de cores claras (branca, bege, rosada ou cinzenta clara).
13. Cerâmicas fabricadas com pastas e superfícies de cor vermelha, observando-se variantes nas cores laranja, castanha ou cinzenta escura.

1.4. Ecofactos

Os restos de macrofaunas recuperados, mamalógica, ictiológica, malacológica, etc..., foram tratados do mesmo modo que os artefactos, tendo sido lavados, colados e marcados, antes de serem entregues para análise.

Os estudos de microfauna e, em particular, de restos florísticos, efectuaram-se a partir da recolha de amostragens de terras, tendo sido o trabalho de crivagem e lavagem realizado, com material apropriado, em laboratório.

Como nas intervenções agora apresentadas nenhuma delas corresponde a típica zona de lixeira, pensamos que as amostras que dispomos são certamente parcelares, dado terem sido recolhidas em espaços periodicamente limpos. São excepção alguns silos, onde eventualmente se acumularam detritos.

Comparámos as informações obtidas para os restos de faunas e de floras de Silves com outras, entretanto disponíveis para níveis muçulmanos ou, mesmo, ulteriores, como as proporcionadas pela área urbana da mesma cidade e, ainda, de outros arqueossítios medievais do Sul de Portugal.

A recuperação de restos florísticos e faunísticos torna-se fundamental na reconstituição do ambiente natural, assim como para abordarmos aspectos relacionados com as dietas alimentares, a economia ou, até, com a ideologia.

O primeiro estudo sobre um conjunto diversificado de faunas, muçulmanas, realizado em Portugal, deve-se ao Professor Doutor Miguel Telles Antunes, que analisou amostras obtidas em diferentes níveis, atribuídos aos séculos VIII-X, do Castelo de Silves (Antunes, 1991).

Neste momento encontra-se em curso projecto de investigação arqueobotânico e paleoecológico, sobre os arqueossítios agora estudados, da responsabilidade do Doutor José Mateus, do Laboratório de Paleocologia, do Laboratório Jardim Botânico de Lisboa, e da autora.

1.5. Datações absolutas

Publicámos, em 1988, a primeira datação absoluta, pelo método do radiocarbono com correcção dendrocronológica, para níveis medievais portugueses. Aquela processada em Lyon, haveria de confirmar a cronologia atribuída à base da sequência estratigráfica por nós identificada na alcáçova de Silves (Gomes, 1988, p. 100). Ulteriormente, obtivemos novos resultados, no Laboratório de Sacavém (I.T.N.) que corroborou a datação inicial, quase coincidindo com aquela, apesar não só de se tratar de diferentes instituições, como de nova amostra, recolhida cinco anos depois da primeira.

Promovemos a utilização deste método, hoje imprescindível à reconstrução histórica, a partir de amostras de carvão vegetal, de fauna malacológica e, também, de restos osteológicos humanos. Assim, obtiveram-se cerca de três dezenas de datações absolutas, pelo radiocarbono, para contextos medievais de Silves, a grande maioria dos quais islâmicos e cujo valor será discutido aquando do estudo dos sítios a que correspondem.

Uma das amostras, obtida a partir de fragmento de osso de esqueleto encontrado sepultado no Castelo de Silves (Er), de indivíduo morto durante a sua primeira conquista, foi efectuada no “Research Laboratory for Archaeology and the History of Art”, da Universidade de Oxford, através de acelerador de partículas, devido à escassa quantidade de colagénio da mesma. Importa ainda referir que as datações obtidas cobrem vasta diacronia, desde o século VIII ao século XIII.

QUADRO 1

Datações absolutas, pelo método do radiocarbono (^{14}C) para contextos medievais de Silves (* Data calibrada e corrigida para o efeito de reservatório oceânico).

Sítio	Nível	Fase	Material	Lab.	Idade B.P.	Calib. 2 σ (cal. d.C.)	Bibliografia
Castelo	C8	Omíada	carvão	Ly-4167	1240 \pm 90	670-890	Gomes, 1988
	C8	Omíada	carvão	ICEN-569	1250 \pm 35	672-881	Gomes e Gomes, 1995
	C 5	Califal	carvão	ICEN-571	880 \pm 60	1020-1270	iné dita
	C 5	Califal	carvão	ICEN-877	1060 \pm 35	893-1022	Gomes e Gomes, 1995
	C 5	Califal	carvão	ICEN-672	1160 \pm 35	779-971	Gomes e Gomes, 1995
	C 5	Califal	carvão	ICEN-1185	900 \pm 45	1025-1251	iné dita
	C 4	Taifa	carvão	ICEN-1184	960 \pm 70	972-1230	iné dita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-875	1190 \pm 35	926-941	iné dita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-876	1070 \pm 35	891-1019	iné dita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-1183	910 \pm 50	1019-1251	iné dita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-1186	870 \pm 45	1036-1278	iné dita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-1187	960 \pm 40	1010-1181	iné dita
	C 3	Almor. Alm.	carvão	ICEN-1189	850 \pm 40	1050-1087; 1120-1140; 1155-1280	iné dita
	C 3/EI	Almoada	osso (<i>Homo Sapiens</i>)	OxA-5634	940 \pm 45	1013-1219	iné dita
	C 2	Almoada-3 ^a T.	carvão	ICEN-87	1040 \pm 35	899-908; 949-1028	iné dita
Arrochela	Silo. 4/C2	Taifa	<i>Tapes</i> sp.	Sac-1442	1480 \pm 40	869-1023*	iné dita
	Silo. 4/C2	Taifa	carvão	Sac-1443	1060 \pm 40	892-1029	iné dita
Poço-cisterna (SILV.1)	Silo/C2	Omíada	carvão	ICEN-849	1250 \pm 50	660-890	Gomes e Gomes, 1995
	Silo	Califal	carvão	ICEN-850	1080 \pm 40	885-1019	Gomes e Gomes, 1995
Pátio-anexo ao poço-cisterna (SILV.3)	C 4	Omíada	<i>Cerastoderma ed.</i>	ICEN-225	188 \pm 70	640-920	Gomes e Gomes, 1995
	C 4	Omíada	carvão	ICEN-202	1140 \pm 45	780-993	Gomes e Gomes, 1995
	C 4	Omíada	carvão	ICEN-859	1920 \pm 40	804-1002	Gomes e Gomes, 1995
	C 3	Califal	<i>Ruditapes dec.</i>	ICEN-550	1620 \pm 40	660-890	Gomes e Gomes, 1995
	C 3	Califal	carvão	ICEN-551	1280 \pm 40	659-820; 839-855	Gomes e Gomes, 1995
	C 3	Califal	carvão	ICEN-860	870 \pm 40	1034-1253	Gomes e Gomes, 1995
Salão paroquial	C 3	Cristã	osso (<i>Homo Sapiens</i>)	ICEN-1163	820 \pm 60	1046-1099; 1144-1145; 1153-1293	iné dita
Moinho do Rodete	mó	Cristã	madeira	ICEN-1027	680 \pm 50	1261-1335; 1336-1406	iné dita
Carvoeiro	corda	Almoada- -Nazari	corda	ICEN-321	760 \pm 50	1177-1307; 1361-1378	Alves et al., 1994

